



Ofício 01513.02/17

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Aos

Excelentíssimos Senhores (as),

DEPUTADOS (AS) FEDERAIS E SENADORES (AS)

A FAPESP, Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e idosos do Estado de São Paulo encaminha este ofício solicitando **A REJEIÇÃO DA PEC 287/16**, que é o verdadeiro desmonte da Previdência Social Pública.

Em nome de todos os aposentados e idosos do estado de São Paulo pedimos que cumpram o papel de legislar a favor do povo e não permitam que esta PEC seja aprovada. Esperamos que não atendam os interesses do governo e dos empresários. Lembrem-se que os senhores foram eleitos pelo voto da população que acreditou no trabalho de cada um dos senhores. Neste momento cabe refletir que esta reforma apenas prejudicará os mais necessitados e beneficiará grandes empresários e bancos. Não podemos admitir essa retirada de direitos!

Como é de conhecimento, o governo manipula os valores da Previdência e alega um falacioso déficit para justificar a PEC 287. A FAPESP, junto a ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e especialistas em Previdência sustentamos que o Orçamento da Seguridade Social é superavitário. É necessário uma auditoria para saber para onde e como é utilizado o dinheiro da Seguridade Social, ainda mais depois do governo extinguir o Ministério da Previdência e transformar numa secretaria no Ministério da Fazenda. O dinheiro da Previdência é do trabalhador e não sabemos o que estão fazendo com o nosso dinheiro!

A ANFIP divulga anualmente os superávits da Previdência com base em dados do próprio governo, a saber: saldo positivo de R\$ 53,9 bi em 2014 e em 2015 foi de R\$ 24 bi, somando os últimos anos



mais de R\$ 1 Trilhão , ou seja, NADA DE DÉFICIT!

A postura do governo de que há déficit na Previdência é contraditório com a política de desonerações e a retirada via DRU. Porque se o sistema tem um déficit de R\$ 85 bilhões, como dizem, como se pratica a desoneração de R\$ 281 bilhões?

O secretário da Previdência, Marcelo Caetano disse em entrevista que mesmo com a reforma aprovada o déficit não irá acabar, para zerar seria necessário medidas mais duras. Então para que realizar essa reforma que prejudica milhões de brasileiros? O que falta é o governo parar de tirar dinheiro da nossa Previdência para pagar juros da dívida pública!

Na reforma proposta pelo governo, o objetivo principal é o de colocar superávit previdenciário (Seguridade Social) na ciranda financeira para gerar juros para os bancos e viabilizar a privatização da Previdência Social.

O déficit vem de uma contabilidade inconstitucional, que não considera a parte do Estado.

Na conta do governo para apresentar o “déficit previdenciário” considera somente o desconto na folha de pagamento e a contribuição de empresas, hoje com desoneração da folha e muitas vezes com o crime praticado pelas empresas de apropriação indébita (despesa do funcionário e não repassa e sonega para recolher a sua parte)

Portanto, o governo não considera no total da Seguridade Social, de impostos destinados ao fundo da seguridade social, quais sejam, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), concursos de prognósticos, dentre outros. As contribuições que financiam a Seguridade Social, que estão previstas no art. 195 e incisos da Constituição Federal.

A FAPESP defende uma reforma na Previdência no conceito gestão administrativa, sem retirada alguma de direitos. Conheça os pontos:

- Realizar uma auditoria nas contas da Previdência. Abrir o caixa da Previdência, dar publicidade e divulgação dos recursos públicos e



destinações. A própria União não cumpre a Lei de Acesso a Informação por meio da Lei 12.527.

- Desvincular a Previdência Social e transformá-la num órgão paralelo ao governo.
- Que seja administrada por uma diretoria colegiada quadripartite, com poderes deliberativos, conforme o Artigo 194, inciso VII da Constituição Federal.
- Que seja criado um Fundo Previdenciário para garantir os pagamentos previdenciários formados pelo superávit atual, pela venda de imóveis da Previdência, pelo recebimento das dívidas com a Previdência Social, com a suspensão da Renúncia Fiscal, etc.
- Que a decadência para as dívidas com a Previdência Social seja de 35 anos que é o tempo que um trabalhador deve recolher aos cofres previdenciários para se aposentar.
- Cobrança efetiva das dívidas de empresas públicas e privadas com a Previdência .

É preciso fazer entender que esta reforma da Previdência é política e não econômica.

Os nossos direitos estão sendo feridos e em nome de todos os aposentados, pensionistas e idosos pedimos apoio para que não cometam uma grande injustiça com o povo brasileiro. Não a PEC 287! Contamos com o apoio de Vossa Excelência.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É NOSSA!

JOSÉ VEIGA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA FAPESP